

# CADA UM É CADA UM: O QUE SIGNIFICA SER COLETOR DE PAPEL NA CIDADE? (trabalho e sobrevivência de papeleiros em Uberlândia - MG)\*

*Ana Mágnã Silva Couto\*\**

## Resumo

São objetos de análise deste texto a presença dos catadores de papel, suas lutas pela sobrevivência e suas condições de trabalho em Uberlândia-MG. Interessa discutir como os coletores vivenciaram/vivenciam as contradições existentes nas relações sociais estabelecidas na cidade, como ora eles resistem e ora sujeitam-se às práticas de dominação social. Discutir as experiências dos catadores de papel em Uberlândia é uma tentativa de desvendar práticas e lutas dos trabalhadores em função da subsistência, o que demonstrou como, ao forjarem uma alternativa de sobrevivência, os catadores de papel constituíram um modo de viver específico, que contrasta com os modos de vida tidos como padrão na cidade.

**Palavras-chave:** Trabalho, lixo, cidade.

---

\* Este texto foi inspirado na Dissertação de Mestrado *Trabalho, Quotidiano e Sobrevivência: Catadores de Papel e seus Modos de Vida na Cidade – Uberlândia 1970-1999*. Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000. Orientada pela Professora e Doutora Déa Ribeiro Fenelon.

\*\* Doutoranda em História, Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, linha de pesquisa – Cultura e Cidade, sob a orientação da Professora e Doutora Yara Aun Khoury. Tem artigos publicados no Cadernos de Pesquisa do CDHIS – Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia/MG.

Refletir acerca das experiências dos catadores de papel em Uberlândia é tentar desvendar práticas e lutas dos trabalhadores em função da sobrevivência com dignidade. Estou considerando importante compreender de que maneira os catadores de papel, ao forjarem uma alternativa de sobrevivência, foram constituindo um modo de viver muito específico, que contrasta com os modos de vida tidos como padrão na cidade. Acredito na importância de valorizar as experiências e as práticas sociais dos trabalhadores, suas formas de experimentar, resistir ou resignar-se à exploração. Sei que o ofício de escrever sobre a realidade social não a transforma efetivamente, mas é de suma importância produzir uma reflexão que vá além do senso comum e que possa desvendar o cotidiano dos indivíduos como extremamente revelador das relações e lutas históricas. Talvez aponte algumas possibilidades de transformação...

A atividade dos catadores de papel em Uberlândia insere-os em um emaranhado de complicadas e conflituosas relações. A utilização das ruas, a disputa pelos materiais que recolhem e sua comercialização constituem uma série de tarefas que não são realizadas com tranquilidade por esses trabalhadores, exigindo muito esforço e paciência. Os modos de trabalhar e organizar os materiais coletados, a relação entre os espaços, o centro da cidade e os bairros, a casa e o quintal, bem como os instrumentos de trabalho, dizem respeito à atividade de pessoas que sobrevivem catando papel nas ruas da cidade. Os coletores, com ou sem carroça, demarcam um espaço na cidade numa luta árdua e diária pela sobrevivência.

Os catadores de papel são importantes para a cidade e para a administração pública, quando contri-

buem com a limpeza urbana. Uma necessidade recíproca, o coletor precisa da cidade e vice-versa. Os trabalhadores necessitam do espaço urbano, onde o comércio, a indústria e o próprio consumo da população lhes possibilitam recolher os materiais recicláveis e, por isso mesmo, são necessários ao comércio lojista e ao empresário comprador de papel. Daí a inspiração em discutir o cotidiano desses catadores de papel, numa reflexão de profunda relevância<sup>1</sup>, pois o dia-dia dos sujeitos “[...] em sua estranheza que não vem à tona” pode expressar as tensões e os antagonismos presentes na vida rotineira aparentemente calma e tranqüila (CERTEAU, 1994). A maneira como os coletores agrupam-se em função de organizar o trabalho, as formas de convivência nessa relação, assim como suas rotinas serão aqui analisadas a fim de apreender como os afazeres de todo dia delineiam um processo de trabalho que exige o cumprimento de determinadas tarefas. Reflito também acerca das relações de exploração que se estabelecem entre os papeleiros, os empresários que lhes comprem os materiais, bem como a tentativa de uma entidade ligada à Igreja Católica de, em 1994, organizar uma Associação de Catadores de papel como alternativa de enfrentamento à esta situação.

Esses trabalhadores encontram-se disseminados pela cidade. Alguns bairros possuem um número maior, mas, em geral, a documentação indica a presença dos papeleiros em quase todos. Eles saem dos diversos setores da cidade e se dirigem ao centro, onde o comércio das lojas, supermercados, papelarias, escritórios, bares, restaurantes e lanchonetes *facilitam* a aquisição de materiais recicláveis. Os coletores, ao realizarem diariamente o trabalho, andam pelas ruas

da cidade, nos bairros ou mesmo no centro. É comum ouvi-los dizer que já estão acostumados a fazerem um ou outro caminho, a estarem nesse ou naquele bairro e que, geralmente, ao meio-dia, já percorreram dois ou três bairros. Mas também se estabelece um limite, pois há certas localidades que não lhes interessam percorrer, seja devido ao perigo do trânsito, seja pela força do hábito de andarem pelos mesmos bairros, fazendo diariamente o mesmo caminho.

Questionados acerca do trabalho no dia-a-dia, os coletores entrevistados contam que saem cedo de suas casas e precisam andar bastante. Alguns saem somente pela manhã e outros trabalham durante todo o dia; para estes o período da tarde e da noite são melhores. Eles são catadores de papel que trabalham com a carroça e que, por vezes, já possuem o *ponto*<sup>2</sup>. A maioria dos trabalhadores mais velhos andam somente pelos bairros; com um itinerário de rotina, perfazem todos os dias um mesmo caminho e como não recolhem o papel no centro da cidade, usualmente, transitam por ruas e bairros próximos ao setor em que residem.

O Sr. Raimundo Rodrigues mora no Bairro Esperança, no setor norte da cidade, e recolhe o papel em uma fábrica de sorvete no bairro Presidente Roosevelt, nesse mesmo setor. Calculo que a distância de sua casa até a fábrica equivale a aproximadamente 5 quilômetros. É ele quem conta sobre sua rotina diária:

Eu vou cedo, seis horas. Todo dia seis horas eu vou. Lá eu entro qualqué hora que eu quisé. O chefe tem confiança [...]. Entro qualqué hora, de noite, de dia. Mais eu vou cedo [...] oito horas eu já tô aqui, com a viagem de papel, todo dia. É todo dia, só lá. Eles me dá remédio, dá dinheiro prá mim comprá remédio, e che-

fe lá é bom prá mim . Todo Papai Noel eu ganho minha cesta lá [...]. Tem, tem uns dez anos já [...]. O caminhão ia lá, quando passava a hora do caminhão chegá, às vezes, eles me dava almoço dado. Me deram muitas vezes<sup>3</sup>.

Esse depoimento do Sr. Raimundo serve para dimensionar a relação que ele estabelece com esses lugares em que trafega todos os dias. Habitado a percorrer diariamente o caminho até a fábrica de sorvete, acostumou-se a andar por várias ruas do bairro, criando uma relação de conhecimento com esses espaços. Desde que conheci o Sr. Raimundo, em outubro de 1995, ele já tinha esse hábito. O fato de que tem a permissão para recolher o papel na fábrica de sorvete também sinaliza para uma relação mediada pela confiança e o assistencialismo por parte do dono e, em certa medida, com alguns funcionários da fábrica.

O Sr. Hélio<sup>4</sup> trabalha na Tarumã há 7 anos e afirma que, desde então, o Sr. Raimundo já recolhia o material. O Sr. José Rezende é o dono da fábrica e talvez por ter se sensibilizado com o Sr. Raimundo, autorizou-o a entrar na fábrica e a recolher as caixas de papelão. E hoje, mesmo não sendo mais ele o único dono, pois divide a administração da fábrica com os filhos, ainda permite a entrada do Sr. Raimundo. O Sr. Hélio conta que já se cogitou a possibilidade da fábrica deixar de doar os materiais ao catador de papel, mas por enquanto nada foi dito.

O Sr. Hélio afirma que mais ou menos 40 caixas de papelão são levadas por dia pelo Sr. Raimundo. Cada uma pode ser vendida a R\$0,25 centavos, o que equivale a R\$10,00. Considerando que, às vezes, ele faz duas viagens por dia, talvez possa afirmar que o Sr. Raimundo consiga ganhar cerca de R\$200,00 por

mês com os materiais que recolhe na fábrica. Uma questão pequena, mas muito interessante para analisar algumas relações que os coletores tecem na cidade. Num determinado momento da entrevista que me concedeu, o Sr. Raimundo conta que recebeu uma assistência da Tarumã, ganhou uma cesta de alimento no Natal e alguns medicamentos de que precisou numa circunstância específica. Mas isso não foi uma iniciativa do dono da fábrica e sim de um funcionário adepto do Espiritismo e que era também ligado a uma instituição de caridade.

Segundo o Sr. Hélio, a fábrica também vende o papel, o papelão e o plástico para serem reciclados e isso vem sendo feito há uns três anos. O que significa que, quando o Sr. Raimundo começou a recolher os materiais na fábrica, isso ainda não acontecia. O papelão recolhido por ele, naquele momento, “não tinha serventia”. De lá pra cá, as coisas mudaram. Talvez o próprio Sr. Raimundo tenha despertado a atenção do empresário para a possibilidade de obter algum lucro, reaproveitando os materiais. E hoje, talvez, já não seja mais tão interessante continuar permitindo que ele leve aquilo que pode ser comercializado, ainda que não seja uma grande quantidade.

Observar os itinerários do Sr. Raimundo revelou alguns aspectos dos espaços percorridos. O Bairro Presidente Roosevelt não pode ser considerado um bairro periférico, sendo grande a sua extensão territorial, assim como sua população. A presença de trabalhadores com carroças, percorrendo as ruas, também não é algo incomum. Somente na avenida, em frente ao local onde está situada a fábrica, residem três carroceiros; geralmente os animais ficam descansando no terreno ao lado da fábrica, que é proprietária.

São trabalhadores que residem no bairro e prestam serviços à comunidade, que estabelecem relações com o comércio local e contribuem para caracterizar o Bairro Presidente Roosevelt como um espaço de cuja paisagem sua presença já faz parte. E como está localizado de uma maneira que facilita o acesso ao centro da cidade, é comum ver os catadores de papel percorrendo as ruas do bairro em direção ao centro ou retornando de lá, para os locais em cujas proximidades moram.

O Sr. Antônio Pedro e o Sr. Orlando moram nos bairros Liberdade e Pacaembu, respectivamente, localizados no setor norte da cidade. Eles também já são velhos, andam por diversas ruas, nos bairros periféricos próximos de suas casas ou mesmo próximos ao centro. Ambos trabalham em diferentes e mais difíceis condições, porque não possuem um *ponto*. São coletores que trabalham com o carrinho de mão e precisam andar por *todo canto*, percorrendo as ruas da cidade. O Sr. Antônio Pedro, ao falar das dificuldades que enfrenta na vida, tece comparações com o seu vizinho e colega:

Seu Raimundo ali é aposentado, tem uma casa própria, que a própria prefeitura deu prá ele né? Ele cata papel porque ele gosta, ele cata não, ele já tem a freguesia dele né? Ele falou prá mim: 'Eu não cato não, na rua não' [...]. Daí eu invê m travaiano todo dia, eu levanto seis hora. Puxo uma carroçona dessa, vou prá esses bairro, é Nossa Senhora das Graças, é Marta Helena, é todo canto. Eu cato no centro da cidade, eu vivo é disso. E meu travaio é esse, eu não paro, merma hora que eu tô aqui, eu já pego essa bicicleta aí, já vou pro centro juntá alumínio, juntá um trem véio, é desse jeito. Meu travaio é esse. Não robo, não dou prejuízo a ninguém. Vivo lutano cò a vida, é meu travaio é esse<sup>5</sup>.

Os depoimentos deixam entrever aspectos da vida diária dos catadores de papel. Contribuem, ainda, para tornar perceptível o modo como os trabalhadores se vêem e como reconhecem a natureza de seu trabalho, a maneira como este implica circular por vários lugares da cidade e a luta para sobreviver a cada dia. A fala do Sr. Orlando também serve para dimensionar questões referentes ao trabalho dos coletores:

Toda vida, muito sofrimento, muita [...] e até hoje ainda tô assim, porque trabaíá 30 dia pá pagá 30 real. Cê vê, eu sai daqui, vô lá pá rua do supermercado pá catá papel. Eu gasto 4:00, 4:30, tem dia que é 5h pá mim í lá e voltá aqui. Qué dizê que ficam 12, né? Pá ganhá o quê? Ganhá um real, num dá mais! Não é?<sup>6</sup>

São falas que denotam a luta pela sobrevivência, uma remuneração bastante precária e o fato de que os trabalhadores mais velhos como ele, o Sr. Antônio Pedro, e outros experimentam a atividade de coletar papel de forma mais precária. O campo de possibilidades desses coletores, no que se refere ao trabalho, torna-se mais limitado devido à idade, à energia, saúde e disposição, que não possuem mais.

Helena, ao falar de sua rotina de trabalho, a faz parecer simples e mecânica:

Ah, eu sai com os meu menino e as meninas fica em casa, rumano a casa. Eu chego, lavo roupa e depois do almoço sai de novo e assim é todo dia [...]. No centro também vô, só que no centro gosto de í é depois das 6:00, que aí pega mais. Depois que as loja vai fechano, eles vai pono as caixa pra fora<sup>7</sup>.

Segundo Helena, na rua, *num acontece nada de bom*; o que demonstra em parte sua insatisfação com o cansativo trabalho que realiza. Enquanto ela não pode *vendê as carroça e arrumá um otro serviço*, cata papel e, mesmo nos dias em que *dá preguiça de trabalhá*, precisa ir. A instabilidade e a precariedade do trabalho são expressas também no depoimento do Sr. Joaquim acerca do modo como organiza o seu dia de trabalho:

Eu cato onde eu acho. Sai com o carrim, ondê que eu achá [...]. Ando, enquanto eu num enchê o carrim, eu num vem em casa. Eu sai, pra saí, eu sei a hora que eu vô, mas pra voltá. Agora tem dia que eu intêro 3, 4 viagem. Dá pra vivê, num é bão não, mas parece que é melhor do que ficá quieto, ficá robano; a gente trabalha inda é ladrão e se ficá robano [...]⁸.

Sua fala demonstra como o trabalho dos coletores implica uma permanência diária no espaço da rua. O fato de só voltar para casa quando encher o carrinho denota o esforço físico necessário à atividade, muito mais difícil para um senhor de 92 anos. O depoimento do Sr. Joaquim exprime, sobretudo, a idéia do trabalho como uma contingência para os catadores de papel.

A organização da atividade por alguns coletores demanda o trabalho coletivo, realizado por membros da família ou, então, por colegas de ocupação. Seja qual for a maneira adotada, o objetivo é facilitar a vida dos trabalhadores. Para a realização do trabalho, o Sr. Adejanir conta com a ajuda do filho mais novo, Cristiano, para o qual paga um ordenado. O cuidado com os animais e as carroças, a limpeza do depósito e a organização dos materiais são ocupações que fazem parte da rotina dos coletores. Acostumado a transitar

pelo espaço urbano, no centro, o Sr. Adejanir conhece donos de lojas que lhes dão papel e caixas vazias. Sobre isto, ele diz:

[...] É, num fico andano, né? Aí eu tem um lugar só. Já deixo a carroça noutro. Então, quando vai pra outro, já tá tudo na carroça. E outro pra baixo alí, eu vou juntano e pondo na carroça. Quando é 6:30, 7:00, é que eu desço pro outro pá pegá, pá vim imhora [...]º.

As relações de conhecimento que possui com os gerentes das lojas no centro, são importantes em seu trabalho. Outra estratégia que revela sabedoria de sua parte é que, ao vender o papel para a empresa, não se desfaz das caixas de papelão, pois estas podem ser vendidas por um preço superior a um comerciante, o que irá lhe garantir maior lucro. O trabalho do Sr. Adejanir, seu filho e mais um ajudante, consiste em se dirigir ao centro ao longo do dia e, às vezes, à noite para recolher os materiais que coletam em grande quantidade por semana. Aos sábados, o caminhão da empresa vem recolher o papel em três ou quatro viagens, o que equivale a 3 ou 4 mil quilos de papel por semana.

Os coletores de papel armazenam os materiais recolhidos nos quintais de suas casas em pequenos fardos. Algumas tarefas, como retirar os materiais coletados da carroça, guardá-la, soltar o cavalo, colocá-lo para descansar no pasto e ajudar a limpar o quintal, são afazeres do processo de trabalho desenvolvido por Rafael e Cristiano. São tarefas que não podem ficar para o dia de amanhã pois isto afetará o rendimento do trabalho.

A relação que se estabelece entre Rafael e o Sr. Adejanir tem uma natureza diferenciada. Rafael conta que tem liberdade para pegar a carroça e sair, caso

precise, e que se sente à vontade para fazer o trabalho, só sendo cobrado quando deixa de cumprir seus deveres, afirmando que o Sr. Adejanir é um bom patrão:

[...] Hum, ele é gente fina, gente boa, né? Legal, né? Num enche muito meu saco. Igual, ele enche o saco, quando eu esqueço, paro de trabaiá, que eu esqueço arriado na carroça, ele sempre guarda [...]. Quando eu esqueço de levá os animal, ele enche o saco, mas fora disso, ele é gente boa, num fala mais nada pra mim. Agora mesmo, tô pegano a carroça e sai, ele num fala nada<sup>10</sup>.

Rafael pode ter afirmado que seu patrão é um bom homem, por acreditar que, se fizesse críticas, eu iria prejudicá-lo na relação com o empregador. Mas, ainda assim, percebo que são de afetividade e respeito as relações que se estabelecem entre Rafael, o Sr. Adejanir e sua família e talvez esse seja um elemento de motivação para que ele continue exercendo a atividade de catar papel. Para ele, o Sr. Adejanir é um patrão que se difere daqueles que mandam, que controlam, que *enchem muito o saco*. É isso que faz com que o trabalho para Rafael também tenha elementos da autonomia que os catadores de papel vislumbram. É um trabalho que o ajuda a sobreviver e pode ser realizado em condições consideradas razoáveis por ele. Neste depoimento, falando sobre o que pensa de seu trabalho, afirma:

Né nada, papel é manerinho. Eu começo trabaiá assim é, 8:00, ou 8:30. Aí eu dô uma viagem, paro 10:00, 10h da manhã. Aí eu paro, vô almoçá, volto 12:30, 1:00, aí que eu vô voltá depois do almoço, paro 5:00, tranqüilo. Varro a rua pra num ficá muito suja, levo os animal pro piquete, que é alí na rua de baixo, só e fico

à toa. Bom que, num é muito pesado, não. Mais ruim mesmo é lá no centro, os carro buzino, seu ouvido, gritano, xingano a gente, fala pá tirá a carroça da frente. Tem que tirá (Idem).

Ao falar de sua rotina diária de trabalho, Rafael revela que o seu dia-a-dia implica passar quase o dia inteiro na rua. Para Wilton José, o dia também é preenchido pela organização do trabalho:

Vem almoçar. Nois vem almoçar, tudo [...]. Nois vai, enche a carroça, almoça e volta. Toda hora que nois volta, nois dá uma descansadinha, come alguma coisa e vai de novo. Cansa, né? Mas é bom [...]¹¹.

Alguns trabalhadores nem voltam para casa na hora do almoço. Nesse sentido, o Sr. José Antônio relata as estratégias que desenvolveu para se alimentar na rua e aproveitar melhor o tempo:

Não, eu almoço na rua mesmo. Tem dias que às vezes eu como, eu tem uns amigo lá pra baixo, às vezes eu compro né? [...]. O alumínio igual essas latinha de cerveja, de refrigerante, cobre, a gente pega e acha muito, aí vende, compra um marmitex [...]¹².

Organizar o trabalho de maneira coletiva, ainda que seja somente para a comercialização, tem o objetivo de ajudar os coletores a enfrentarem as dificuldades existentes para recolher e vender os materiais. Nem sempre, ao final de uma semana de trabalho, os coletores conseguem acumular 800 quilos de papel, para que possam vendê-los a R\$0,5 ou R\$0,6 centavos o quilo. Quando isso ocorre e necessitam do dinheiro para pagar uma conta, ou então, uma despesa inesperada, vendem o material coletado pelo grupo.

O Sr. José Antônio, Helena e o Sr. Joaquim, durante alguns anos, utilizaram um terreno baldio para guardar os materiais que recolhiam. Quando precisavam vender e o que haviam recolhido individualmente não valia a pena ser comercializado, então, faziam-no coletivamente e, em seguida, partilhavam o valor arrecadado de acordo com a quantidade que cada um havia recolhido. Mas, atualmente, não trabalham mais em grupo, porque Helena mudou-se para um bairro distante e o Sr. Joaquim foi assassinado nesse mesmo terreno, na madrugada do dia 18 de junho de 1999.

Por sua vez, o Sr. José Antônio continuou deixando os seus materiais no terreno até o dia em que atearam fogo em seu papel pela segunda vez. Desse dia em diante, ele achou que não era mais seguro deixar os materiais recolhidos no terreno e, então, começou a guardá-los na casa de Clodoaldo, um amigo seu, também catador de papel. Mas, atualmente, pode acumular o papel em lugar seguro, no quintal de sua casa, a qual alugou e para onde se mudou em agosto de 1999, no Bairro Jardim América, um bairro novo no setor norte da cidade.

A forma como alguns trabalhadores iniciam a atividade tem, geralmente, a influência ou o incentivo de algum amigo. O Sr. José Antônio conta que, quando esteve desempregado, o Sr. Joaquim o chamou para catar papel e emprestou-lhe o carrinho. Helena e seu filho também começaram a coletar papel por influência e ajuda do Sr. Joaquim. Wilton e sua família residiam em frente à casa do Sr. Adejanir e o fato de vê-lo trabalhar com seus filhos influenciou ele e seu irmão a fazer o mesmo. O próprio Sr. Joaquim também foi incentivado por um amigo seu, como ele mesmo relata:

Eu comecei com uns colega, até morreu um. Tá com dois ano que ele morreu, começamo junto, Seu João, mora ali na rua Brasil. Ele catava papel, eu comecei com ele. Ele morreu e eu tô catano, pará, vô pará agora só quando eu morrê. Num otro serviço, eu num gosto, serviço que eu gostava era de cerâmica. Cerâmica tá ruim também. É, o papel dá mió<sup>13</sup>.

Atentar para essas formas de inserção na atividade de coletar papel ajuda a apreender alguns elementos das relações entre os trabalhadores, como a solidariedade, o querer ajudar o outro, o que revela a constituição de redes de relações que vão sendo tecidas entre os trabalhadores. Relações de amizade e solidariedade, que se aprofundam no envolvimento com o trabalho. Não bastou simplesmente querer catar papel. No caso desses coletores, foi preciso que alguém que já estivesse envolvido os ajudasse, convidando a trabalhar juntos, emprestando um instrumento ou simplesmente dando o exemplo. Já na relação que se estabelece entre os catadores de papel e os empresários compradores, a exploração é uma marca significativa e os trabalhadores, com as condições e limitações, apresentam suas resistências a essa situação. O depoimento de Éder sinaliza para algumas estratégias dos coletores ao lidar com os materiais:

[...] Num tem medo não. Pego lá no Lojão das Fábricas [...]. Conhece, eu chego lá, converso com o gerente, aí ele fala pra mim ir lá buscá [...]. É. Aí nois mói (molha) o papel, vende e recebe<sup>14</sup>.

Molhar é uma forma de aumentar o peso do papel e a maioria dos coletores entrevistados admitiram fazer isso. É uma prática exercida por eles, ainda que

não seja algo que eles digam com tranqüilidade e em qualquer lugar. O dono da empresa, conhecendo a prática dos trabalhadores de molhar o papel, no momento de selecionar e pesar, estipula que, se estiver molhado, descontam-se 20 ou 30% no valor total, ainda que isso seja válido somente para o período em que há uma maior quantidade de papel disponível, a ser coletado na cidade. Esse período é em dezembro, na época do Natal, por exemplo, quando o consumo da população altera-se em função do décimo terceiro salário.

É, ele fica mais difícil nessa época assim, quando entra dezembro, mais ou menos na metade de dezembro até a metade de fevereiro costuma, ele baratiá de preço né? E [...] molhado, que a gente molha, junta lá joga uma aguinha que ele pegá um pouco mais de peso, senão ele fica muito [...]. Só que nessa época, da metade de dezembro até a metade de fevereiro, ele num aceita que molha, porque as fábrica lá em São Paulo, dá férias coletiva pro pessoal, aí para de comprá papel, então ele tem que comprá aqui pra estocá, aí esperá pra quando vendê de novo. Aí quando o Butelão quer comprar molhado, ele compra, quando não quer, não compra e aí cê tem que deixá o papel estocado esperando no sol pra secá pra poder vender<sup>15</sup>.

A fala do Sr. José Antônio vai relatando, passo a passo, os meandros da relação entre os coletores e o empresário. O papel molhado tem seu peso alterado e possibilita um pequeno rendimento aos trabalhadores, esse é um aspecto positivo. Nesta fala, o Sr. Antônio Pedro até pede auxílio à natureza:

[...] Se chove, se Deus abençoa que chove hoje ou amanhã né? Nós passa até fome, porque, dá! Um mês

atrás, o papel dava, porque o papel tava de 13 centavos. Aí eu vendia um caminhão de papel, dava cento e tantos reais, 150. Hoje eu junto um meis, igual tá isso aí, vou vendê amanhã. Esse papel aí, tá dando 45 reais. Qué dizê, eu mais ela, prá passá com 45 real por meis. Num tá dando. Ferro véio, o meu genro foi vendê, ninguém quis comprá, taí quase um caminhão de ferro véio... Dá prá nós comê, assim um arroz com feijão dá né?<sup>16</sup>

Sua fala transmite muito sobre a precariedade da sua condição de vida, das dificuldades em sobreviver a cada dia. Diz também sobre as estratégias dos trabalhadores diante dos obstáculos e da exploração no trabalho, mas não é sempre que a chuva que molha o papel é bem-vinda. O Sr. José Antônio conta que, quando é época de chuvas constantes, vender o papel molhado também é prejuízo, pois o empresário paga somente a metade do preço. Esse é um fator que permite afirmar que o trabalho dos coletores não é uma atividade regular, um processo de trabalho racional, e sim sujeito às intempéries e às condições de saúde de quem o realiza. Assim como a própria atividade, o preço do papel também é instável e oscila conforme o contexto de maior ou menor quantidade disponível na cidade. O preço do quilo de papel é R\$0,08 centavos (1999), mas já chegou a R\$0,05 ou R\$0,03 centavos o quilo, segundo um trabalhador entrevistado<sup>17</sup>.

Os coletores afirmam ainda que se sentem explorados pela empresa que compra o papel na cidade em maior quantidade. Sentem-se lesados na hora da venda e também no que se refere às determinações do(s) empresário(s). O Sr. Antônio Pedro assim exprime seus sentimentos de indignação com a exploração a que estão submetidos:

[...] Leva um caminhão de papel, leva um caminhão de papel daqui, nosso. Como faz meu, como é de Seu Raimundo, como é dos irmão dela, roba a metade! Ele roba mesmo! Né? Um dia eles, esse tempo, papel meu aqui, muitos ano, muito tempo, 350 kg de papel [...] Então[...] 60, 70 real, eles paga 45, 49 [...]¹⁸.

Uma outra determinação considerada injusta pelos trabalhadores é que, acima de 800 quilos de papel, o dono da empresa paga R\$0,08 centavos o quilo. Mas, para qualquer peso inferior a 800 quilos, o valor é então R\$0,05 centavos o quilo. Indignados, os coletores dizem que se sentem enganados, mas não há o que possam fazer individualmente. O fato de ser a única empresa que compra papel em grande quantidade, confere um certo poder ao Butelão Comércio de Papéis e Sucata Ltda. Ainda que existam outras empresas, somente essa compra o papel durante o ano todo e em maior quantidade. Outras empresas compram o papelão somente para suprir pequenas necessidades, como o Café Estância, que troca o papelão por suas embalagens. Ao passo que, o Butelão, que atua na cidade há vários anos, restringe-se ao comércio da compra de papel. Neste depoimento, o Sr. José Antônio explica o processo de monopólio da empresa na comercialização dos materiais recicláveis:

[...] Há 3 anos atrás aqui em Uberlândia, tinha 3 depósito de papelão grande como o Butelão. Na época, o papelão chegou a 13 centavos o kg, porque tinha concorrente né? E se pagava menos, porque a gente ia vender pro outro que paga mais. Aí aquele que pagava menos aumentava e aí ficou nessa guerra e tal. Só que, o Butelão já tem muitos anos que trabalha aqui. Tem uma estrutura melhor, aumentô. Daí aumentan-

do o preço, daí que os otro não conseguio, não aguentaro pagá o que ele tava pagano e fecharo as porta. Aí ele baixô e hoje tá 4 centavo. É só ele que compra põe o preço, tem que vender pra ele [...]. De certa forma, ele tá explorando a gente, podia pagar bem melhor, porque se ele chegou a pagar 13 centavos e continuava tendo lucro ele podia pelo menos uma média de 8 né? Continuava tendo lucro e a gente ganhano um pouquinho mais<sup>19</sup>.

Essa fala é extremamente rica, possibilitando explicitar a atuação dos sujeitos envolvidos no comércio de materiais recicláveis na cidade. Na explicação desse trabalhador, o empresário comprador de papel é alguém que detém um certo capital que lhe permite sustentar e eliminar a concorrência de outros compradores. Ao se definir como o empresário bem sucedido que se sobressaiu, define as normas para a comercialização do papel, explorando os trabalhadores.

O depoimento do Sr. José Antônio expõe ainda que, para os trabalhadores, a concorrência existente entre os empresários é importante. Os catadores de papel percebem essa relação na qual buscam inserir-se de alguma forma. A experiência que vão adquirindo ao negociar os materiais que recolhem faz com que os coletores estejam atentos, tentando tirar alguma vantagem das disputas pelo mercado. Quando um empresário monopoliza o comércio de papel na cidade, os coletores sabem que são prejudicados.

O Sr. Elvino Prado, o dono da empresa Butelão, é sempre mencionado nos relatos dos trabalhadores com certa familiaridade. É possível que, ao fixar uma rotina de vender os materiais à empresa, chamar o cami-

nhão para pegá-los, auxiliar o motorista no recolhimento, alguns coletores estabelecem uma relação de proximidade com o empresário, que tornou-se uma figura popular entre os trabalhadores. Certa vez, candidatou-se a vereador e os catadores de papel foram convidados a constituir seu eleitorado, mas não foi vitorioso:

Eu tem é gente, de jornal aí tudo. Vem batê papo comigo aí. Esses veradô [...] Em tempo das eleição aí, vei o Élvio e o Geraldo aqui, logo nesse barraco aqui, que cê tá vendo (risos). O Élvio [...]. Ele largô. Candidatô uns tempo a vereadô, ele era [...] assisti aqui. Tinha até vergonha, mas ah! Lá no centro, todo mundo, me conhece, tudo (risos). Tudo me conhece alí, sabe? Votei, mas num ganhô não. Eu só voto po Rezende. Eu perdi [...] <sup>20</sup>.

O relato do Sr. Adejanir, além de fazer um balanço das eleições municipais de 1996, aponta para uma intrigante questão: a relação entre os trabalhadores e o comprador de papel é mais do que uma relação comercial, pois outros interesses também estão em questão. Os catadores de papel trazem vantagens econômicas ao empresário e também a possibilidade de vantagens políticas.

A narrativa dos coletores acerca da relação estabelecida com o empresário é contraditória e traz em si a ambigüidade de uma relação marcada pela exploração, da qual, ao mesmo tempo, têm consciência. As falas dos trabalhadores entrevistados expressam também o reconhecimento da necessidade de vender o papel a alguém, sem a possibilidade de escolha. O Sr. Antônio Pedro diz o que pensa com bastante indignação:

Vende pu Butelão, ele tira a metade né? Ele sempre tira mesmo. Começou como nós, ele é hoje, ele hoje; ele tá tão, ele tá tão sabido, o desgraçado, que só tem comprador, ele. Ele agora de aumentá o preço, ele abaxou! Pá donde é que vai esse povo? Que é a gente? Tem que vende prá ele mesmo né? Num tem otro concorrente; otro que compra junto com ele, se tivesse né? Ah, não! Mais tem que trabaiá, é desse jeito! <sup>21</sup>

O testemunho expressa de forma clara sua compreensão das contradições inerentes ao comércio de papel. Ele percebe que a compra de materiais recicláveis é vantajosa para o empresário, e gostaria de que tais melhorias se estendessem também aos coletores. Mas não é isso o que acontece. Ele bem o sabe, e não há nada que possa fazer sozinho. Sua fala entremostra a percepção que os trabalhadores têm da exploração a que estão submetidos. E ainda, transmite valores, na idéia do trabalho como alternativa de sobrevivência com dignidade. O depoimento do Sr. Antônio Pedro traz, também, expectativas de algumas alternativas que ele, como catador de papel, vislumbra para melhorar as condições de negociação e, talvez, reduzir a exploração:

[...] Eu gostava era miorá a situação né? Tivesse um jeito da gente morá prum lado né? Tivesse um, uma prensa aí, a gente podia puxá papelão ou rumá uma balança, comprá dos zôto né? Rumá um dinheirinho aí, que ruma né? Comprá dos zôto, ir imprimendo né? Quando tivesse aí um caminhão, chamava o caminhão porque eu num levo. Era um dinheiro bão né? (Idem).

Para o Sr. Adejanir falar do Sr. Élvio é algo mais contraditório ainda.

[...] Ah, o Élvio pra mim é, num tem o que falá dele não. Pra mim ele é, ele é tudo pra mim, sabe? Pessoa que, nunca cheguei perto dele: Ó Élvio, eu precisando disso e ele dizer que não. Ele é gente boa, pra mim, ele é gente fina demais. Num tem que [...] falá nada dele. Élvio é gente boa, eu gosto dele. Num tem que falá nada do Élvio<sup>22</sup>.

Seu depoimento denota uma certa admiração pelo empresário. A relação é de longa data, pois trabalhou com ele nesse mesmo ramo em Ituitaba-MG. Trabalharam juntos também em Uberlândia, quando administrou um depósito de papel para o empresário por algum tempo. Hoje, um dos filhos é funcionário da empresa, e o próprio Sr. Adejanir, com o seu depósito, vende o papel quase sempre para o Butelão.

Mesmo com uma relação de proximidade e admiração, o Sr. Adejanir admite que o empresário se beneficia mais que os trabalhadores. Sua fala deixa visualizar que ele pode ter certa admiração pelo empresário, mas esse sentimento não é suficiente para ofuscar sua consciência da exploração exercida sobre o seu trabalho:

[...] Ele, quando começou era empregado. Começou nesse tal negócio de papel. Mas foi o tempo, que esse nosso fechou, Ituiutaba. Ele ficou na praça só. Hoje ele tá aí, milionário. Ele é o maior. Ele é quem manda aqui dentro da cidade. Ele tem dez caminhão, só pá fazê a ronda. Ele é que manda aqui. Ele é seguro pá pagá, sabe? Ele fala um preço, ele só mantém aquele preço. Às vezes, num sei, o negócio lá dessa fábrica, como é, né? Num sei o preço. Que de 12 centavos caiu, foi caino pá 6,7,8. Agora tá 4. Então de 12 pá isso mesmo. Mas eu acho também que piorou pra ele. Porque o depósito dele lá tá cheio. Num tá saino, quando tá bom, sai. E hoje lá tá cheio, de papel prensado (Idem).

Nesse depoimento, o Sr. Adejanir define um perfil para o Sr. Élvio, quando afirma que o empresário é *o maior, que manda dentro da cidade, mas que é seguro para pagar*. Ou será que é justamente por ser *seguro para pagar* que o Sr. Élvio é *o maior e que manda dentro da cidade*? Talvez não seja preciso inverter a ordem, as palavras do Sr. Adejanir, por si só, conseguem dar uma dimensão da leitura que esse trabalhador faz da figura do comprador. Ele é um coletor que faz um grande esforço quotidianamente, e sabe muito bem que o quilo de papel deveria ser mais valorizado. Ao falar de suas impressões acerca do Sr. Élvio, o Sr. Adejanir consegue fazer com que se possa vislumbrar, em parte, a maneira como os coletores vêem esse empresário, em função de uma relação de proximidade, que estabelece com os trabalhadores.

Entretanto, o dono da empresa tenta mascarar a exploração exercida sobre os trabalhadores. Uma das maneiras adotadas é a *doação* de uma cesta de alimentos aos catadores de papel. Doar entre aspas, porque para ganhar a tal cesta básica, existem algumas condições, que o Sr. José Antônio explica quais são:

[...] Tem uns 2 anos que ele começou isso. O Butelão tem mais de 30 anos que ele se estabeleceu com o papelão. De repente [...]. Se fizer mais de 3.000 quilo por mês ganha a cesta. Depois se você fizer 12.000 é só uma cesta também. Tem mês aí de eu fazê 7.000, 5.000. Então, de certa forma, tá bom que ele faz, não foi cobrança de ninguém, acho que ele se tocou que tava ganhando muito nas costas da gente e resolveu né? Fazer essa coisa aí que, porque num aumenta de preço, mas uma cesta básica já ajuda um pouco<sup>23</sup>.

Esse fragmento da entrevista do Sr. José Antônio tem um conteúdo profundamente esclarecedor de modo como o comprador de papel, ao estabelecer a possibilidade da cesta básica, não está tendo uma atitude de generosidade. O que está por trás disso é uma estratégia a fim de estimular os coletores a trabalharem mais. Ainda nesse depoimento, o Sr. José Antônio afirma que há meses em que ele consegue acumular até 7.000 quilos de papel, mas isso não é possível para o Sr. Raimundo ou o Sr. Antônio Pedro, que ficam na expectativa de conseguirem acumular, porém, com suas limitadas condições de trabalho, ao final, ficam somente com a frustração.

Na opinião do Sr. José Antônio, a estratégia da cesta básica não é algo prejudicial aos coletores. Mas o depoimento do Sr. José Moreira possibilita entrever uma divergência de concepções entre os catadores de papel no que se refere a essa situação:

Agora eles inda inventaram de dá 1 saco de arroz, acho que 1 pacotim de feijão, 2 de macarrão, 2 de fubá e acho que 2 óleo, isso é uma cesta básica [...]. O Élvio, o patrão lá que compra o papel, né? Pode falá patrão, né? Que já sai lá direto com ele [...]. Essa cesta aí é um absurdo! Ele dá essa cesta é pra tê, englobá (enganar) os papeleiro, pra falá que ele tá dano cesta [...]. Pode fazê a conta, que num dá 8 real! [...]. Se ele aumentasse 2 centavo em kg ou 1 centavo em kg, ele fazia mió negócio que dá essa cesta. Eu já falei mesmo com eles lá. Isso aí pra mim num compensa. Vô trabaiá, tô na mesma situação, que só ele que vai pra cima, porque nois num tem condições<sup>24</sup>.

Essa fala do Sr. José Moreira permite-me afirmar que alguns trabalhadores percebem e expressam verbalmente a exploração a que estão submetidos, assim como as dimensões dessa mesma exploração. Para o Sr. José Moreira, a atitude do empresário, de “doar” a cesta, é uma forma de enganar os coletores. Então, ele a recusa, pois prefere um aumento no preço do quilo de papel, ou seja, quer seu trabalho valorizado e dispensa esmolas ou doações. Mas, como isso não acontece, ele e tantos outros trabalhadores ficam no prejuízo.

A análise do conjunto desses depoimentos deixa entrever a fragilidade ou a instabilidade da atividade exercida pelos catadores de papel. Nessa linha de entendimento, posso assegurar que os materiais recicláveis são destituídos de valor, quando são vendidos pelos coletores. Segundo os trabalhadores, o pequeno ou médio empresário que compra o papel coletado tem obtido significativos resultados financeiros. Como o mesmo não ocorre com os catadores de papel, eles são os primeiros a desconfiar de que o material vale mais do que se paga. A fala do Sr. Antônio Pedro exprime o seu desânimo no que se refere às alternativas de venda dos materiais que recolhe: “Só acho ruim esse negócio, dele num aumentá o preço do papel, a gente veve lutano, lutano, planeja fazê uma coisa, num tem jeito, deve, fica deveno e [...]”<sup>25</sup>.

Na relação entre os catadores de papel e os compradores, observa-se que a balança é um artefato que assume significados específicos no ato da comercialização dos materiais. O depoimento do Sr. Antônio Pedro é munido de alguns elementos em que se nota como ele se sente nessa relação:

[...] Leva um caminhão de papel, leva um caminhão de papel daqui, nosso. Como faz meu, como é de Seu Raimundo, como é dos irmão dela, roba a metade! Ele roba mesmo! Né? [...]. Um dia eles, esses tempo, papel meu aqui, muitos ano, muito tempo, 350 quilo de papel [...]. Então [...] 60 real, 70, eles paga 45, 49 [...]. Eu trabaio porque é preciso! Eu num tem, já tô de idade, comê que eu vou vivê? Robá eu num vô, matá os zôto, eu num vô, trabaia! Mais que tá dano, não. Tá cansa-no só o corpo [...]. (Idem).

Esse fragmento de sua entrevista possibilita declarar que a confiança e a tranqüilidade não são sentimentos presentes no momento de vender o papel. Ao contrário, se há alguma convicção é a de que se está sendo enganado. Sua fala expressa a desconfiança que tem do comprador, materializada no fato de que ele acredita ser sempre lesado quando comercializa seus materiais. Talvez por sentir-se muito frustrado, o Sr. Antônio Pedro afirme com certeza *Ele roba mesmo!*, ainda que não tenha elementos para provar ou impedir isto. Essa é uma angústia e, ao mesmo tempo, uma certeza que o Sr. Wilson também possui. É ele quem fala:

Não, isto [...] toda a vez que manda, né! A gente cata 30...40 dia, papel, levanta 5 hora da manhã, fica o dia inteiro no papel [..]. um caminhão de papel que num tem nem *ciproisse* de marrá, chega lá se calcula qui [...] isto dá 3 mil quilo, 4 mil quilo, chega lá 1800 quilo, 2500, 2300, ai cê já põe aquilo na cabeça, como aquilo dá mais, ai já se fala: - Uai, mais qual motivo é esse? Isto tá tendo um roubo nesse negócio, tá! Mais a gente num pode dizê nada, pois o negócio sai daqui vai prá balança lá. Lá ele aluga a balança, num é dele, é da estação; ele aluga a balança e se tiver muamba, tem lá

na balança lá, oh! Coisa prá lá porque a gente num sabe, né? <sup>26</sup>

O depoimento do Sr. Wilson possibilita interpretar que a balança é para os catadores de papel um elemento com um complexo valor simbólico, um objeto representativo da racionalidade, da precisão matemática. Os trabalhadores possuem experiência em negociar, mas possuem também pouca escolaridade, o que desperta neles sentimentos de desconfiança e temor. Receiam que possam ser enganados e roubados. Marcelo Rezende, membro da APR<sup>27</sup>, analisa a posição em que os coletores se sentem, no ato de comercialização do papel. Em um trecho de sua entrevista, ele observa:

São os próprios catadores de papel que colocam, por não terem leitura, não dominarem a questão de cálculos e não ser transparentes, na hora que eles estão vendendo esse papel lá. Então, eles não sabem exatamente, se a balança tá certa, se a balança tá errada. Se o que tá pagano é certo, se o que tá pagano é errado, e etc. E isso são manifestações e lamentações dos catadores de papel. Nós nunca averiguamos isso na prática. E a gente só sabe que, na sua maioria, os catadores de papel colocavam isso<sup>28</sup>.

A fala de Marcelo demonstra que, para os trabalhadores, o medo de serem enganados e roubados pode até não se concretizar, mas é algo que se coloca como uma possibilidade a cada negociação. Para os trabalhadores, o ato de vender os materiais pode significar mais do que uma simples comercialização. Nesse depoimento, o Sr. José Antônio fala da empresa, ajudando a caracterizá-la, descrevendo aspectos de sua organização e seu espaço físico:

[...] Você veja bem, só o Butelão aqui, a importância de negócio de emprego, só o Butelão ele mantém, só lá no depósito dele ele mantém umas 30 pessoa trabalhando né? É de motorista, o gerente, a menina que é secretária, os que trabalham lá dentro descarregando os caminhão, botano na prensa, fazendo enfardano, aquele negócio todo, umas 30 pessoa<sup>29</sup>.

A organização da empresa é realmente surpreendente. Localizada no Bairro Custódio Pereira, tem uma boa estrutura, com vários funcionários, secretárias e o gerente. Há também uma considerável frota de veículos, são os caminhões que buscam o papel na residência dos coletores. Essa estrutura pode ter um efeito sob os trabalhadores, pois consegue impressioná-los e intimidá-los no momento de reivindicar um preço justo ao quilo de papel, e, ao mesmo tempo, faz com que percebam a dimensão dos lucros do empresário.

Mais que a exploração que institui a relação entre catadores de papel e empresários, outros problemas são discutidos e permitem afirmar que coletar materiais recicláveis pode não ser rentável para os trabalhadores, mas tem movimentado um significativo mercado no país. Mesmo em Uberlândia isso é perceptível pelo número de estabelecimentos formais que lidam com a comercialização de sucatas na cidade (ferro velho e latas de alumínio).

Com isso, a indústria da reciclagem vem crescendo de maneira satisfatória para quem tem recursos para investir. O Sr. Magid Cury<sup>30</sup> é um médio empresário nesse ramo e conta que trabalha com a comercialização de materiais recicláveis desde 1965. Possui formação na área de Direito, mas nunca advogou. Inicialmente, sua idéia era ter uma indústria de transformação de metais, por isso começou compran-

do materiais para a indústria, mas os recursos necessários à fundição eram muito dispendiosos, com isso, não levou o projeto adiante. Quando começou, em 1963, ele tinha uma fábrica de painéis, instalada no mesmo local. Mas, atualmente, lida somente com a compra e revenda dos materiais, que são coletados, principalmente, por catadores de papel.

Ao ouvir o Sr. Magid explicar o funcionamento de seu negócio, não pude deixar de pensar como esse é um universo de obscuras e interessantes relações. Buscar desvendar o emaranhado que constitui o universo dessas relações é uma tentativa de refletir sobre as articulações sociais que constituem historicamente essa categoria.

Segundo o Sr. Magid, são diferentes os processos que envolvem o comércio de materiais recicláveis. Para quem lida especificamente com o ferro velho, este já não é mais tão interessante de se comercializar<sup>31</sup>. No que se refere aos outros materiais recicláveis, o comércio mais lucrativo é o das latinhas de alumínio. Em seu depósito, o Sr. Magid compra cerca de 100 toneladas por mês, que chegam por meio de seus fornecedores: as usinas de lixo, as oficinas, mas, sobretudo, as mãos dos coletores. Ele trabalha com mais dezoito funcionários, envolvidos nos vários processos de organização desses materiais. O depósito ocupa uma área de aproximadamente 9.500m<sup>2</sup>. O volume das latinhas diminui um pouco na época do frio, acompanhando o movimento do consumo da população.

Segundo o empresário, o valor do dólar define o valor do quilo do alumínio; se está alto, há um aumento das exportações e, conseqüentemente, um aumento no valor do alumínio internamente. O Sr. Magid

explica ainda que não é interessante acumular os materiais, uma vez que o preço oscila muito. Quando perguntei se a concorrência era grande, a resposta foi afirmativa: *existem muitos concorrentes na cidade, na região, no país[...]*. Ele define a indústria da reciclagem como um negócio lucrativo e também como uma *máfia*, em que só permanece quem pode mais.

Quando perguntei também acerca das transformações que ele pôde observar no comércio local, o Sr. Magid afirma que, até a década de 70, poucas pessoas trabalhavam direta ou indiretamente envolvidas com a indústria da reciclagem. Mas, daquele período até os dias atuais, houve *um enorme impulso*. Em sua opinião, isso foi benéfico, pois, além de ter propiciado oportunidade de trabalho a muitas pessoas, incentivou uma preocupação com a preservação dos recursos naturais. O Sr. Magid acredita que passou a existir, por parte da população em geral, a iniciativa de recolher os materiais.

A afirmação do médio empresário de que a comercialização de materiais recicláveis tornou-se, para alguns, um negócio rentável pode ser confirmada pelo texto abaixo:

O Brasil alcança este ano os Estados Unidos no percentual de latas de bebidas recicladas [...]. É fácil estimar os ganhos do catador e do meio ambiente. Já o lucro da reciclagem é um segredo guardado a sete chaves. Dá para ter uma vaga idéia da economia entre a lata reciclada e a novinha em folha. O principal ganho é de energia. Converter bauxita em uma tonelada de alumínio consome 17,6 mil kWh. Para reciclar o mesmo peso, gasta-se 700 kWh - uma economia de 95%. No ano passado, o país poupou R\$ 28 milhões em energia com a reciclagem de latinhas, segundo estudo do pesquisador do meio ambiente Sa-

betai Calderoni, feito na USP. A queda na poluição da água e ar é de 97% a 95%, respectivamente, calcula Calderoni (FOLHA DE SÃO PAULO, 14 de dez. de 1997, p. 03).

Informações como essas, veiculadas na imprensa nacional, dimensionam a complexidade das relações que envolvem a atividade dos coletores. Contraria uma perspectiva de análise como a de Ecurra, que vê os catadores de papel como excedentes populacionais úteis, excluídos do processo de trabalho capitalista por meio de formas indiretas de subordinação do trabalho ao capital (ESCURRA, 1997). Os trabalhadores constituem a base da indústria de reciclagem, geram lucros a ela, e estão inseridos nas relações capitalistas de produção, e, ainda que o sistema não tenha feito investimentos, já tem recursos para apropriar-se dos lucros gerados pelo trabalho dos coletores. Considerando ainda que, ao desenvolverem essas atividades, os trabalhadores não são mais desempregados, estão sobrevivendo, consumindo e estimulando a economia do país.

Esse processo deixa entrever dimensões mais amplas do universo da atividade do coletores, assim como permite vislumbrar algumas transformações ocorridas ao longo de quase três décadas. Do ferro velho à indústria da reciclagem, as mudanças foram ocorrendo gradativamente e, de muitas maneiras, modificaram a imagem do proprietário do ferro velho e do catador de sucatas, e *abriu espaço* ao empresário/comprador de papel e sucata e aos coletores ou catadores de papel, como são mais conhecidos.

Houve um *enorme impulso*, como afirmou o Sr. Magid, que modificou as relações entre os sujeitos

envolvidos na comercialização de materiais recicláveis. Propiciou economia dos gastos e aumento dos lucros aos empresários. Mas, sobretudo, diversificou e ampliou o número de pessoas envolvidas na atividade de coletar os restos, bem como multiplicou também a exploração exercida sob esses trabalhadores.

Mas, como os papeleiros vão enfrentando quotidianamente as dificuldades, a exploração e a apropriação de seu trabalho? No que se refere às maneiras de organizar o material recolhido, os trabalhadores lidam com esses restos com cuidado e paciência. Para o exercício de coletar, selecionar e agrupar separadamente papel, papelão, plástico, ferro, necessita-se de um *saber fazer* que exige uma certa prática, assim como uma percepção das implicações e exigências da atividade de catar papel. Os coletores sabem, por exemplo, que o comércio de alumínio, em certa medida, é mais lucrativo. Há muito mais compradores, pois existe um número significativo de pessoas que lidam com a comercialização de sucatas na cidade. Mas o alumínio é difícil de ser encontrado, há maior concorrência talvez. Então, os trabalhadores concentram seus esforços na coleta do papel, aparentemente, *mais garantida*.

Existe, por parte dos trabalhadores, um saber de que o material que recolhem é algo que é jogado fora pelas pessoas, mas que pode ser reaproveitado. Um elemento que possibilita apreender que os catadores de papel reconhecem o discurso da necessidade de uma política ambiental e de reaproveitamento dos materiais que recolhem.

No processo de trabalho, os coletores estabelecem uma relação direta com o lixo e possuem uma função social na cidade. A experiência de exercer a atividade

possibilitou-lhes apreender também a percepção da contribuição que oferecem no que se refere à conservação e limpeza da cidade. Sabem que participam de forma efetiva desse processo e utilizam isso quando é necessário. Esse é um depoimento do Sr. Adejanir em que narra uma discussão que teve com um fiscal, envolvendo justamente a questão do lixo:

Falei na cara dele; isso aqui não é lixo não Sr.! Lixo aqui é o papel higiênico, o carbono, essas buchas de laranja, que num presta, isso é que é lixo! Num aceito o Sr. vim chamá isso aqui de lixo não, certo? Eu queimei com ele; isso aqui num é lixo não. Lixo é isso aí ó: Isso aqui é lixo: bucha de laranja, papel higiênico, mas tá tudo separado, aqui num é não [...] <sup>32</sup>.

Seu relato demonstra que, para ele, os materiais que recolhe pelas ruas da cidade não pode ser considerado lixo, ainda que possa estar em meio ao lixo. Seu repúdio à idéia do papel visto como algo sujo está ligado à defesa da imagem de um trabalhador digno. Qualquer coisa que possa relacioná-lo ao lixo, de forma a compreendê-lo como algo sujo, é repudiado. Mas, em outro momento da entrevista, referindo-se à importância do seu trabalho, o Sr. Adejanir define-se como um empregado da prefeitura, que recolhe o lixo, mas que não é remunerado. Quem compartilha dessa mesma opinião é o Sr. José Antônio, quando faz a seguinte afirmativa:

[...] A gente ajuda muito na limpeza da rua. Porque tem pessoa que joga o lixo dela pra fora ali. Aí tem garrafa velha, tem papelão que a gente cata e já diminuí. Por isso que a prefeitura gasta num sei quantos milhões por ano com a coleta de lixo. Se num existisse o papeleiro, o sucateiro, esse negócio aí, o garrafeiro e tal, ele ia gastar o triplo. Porque mais da metade do

lixo que se coloca na rua, nós pegamo. E assim sucessivamente, a gente ajuda muito na limpeza. E a gente ajudando também a administração do município na economia da coleta de lixo<sup>33</sup>.

O depoimento do Sr. José Antônio expressa, em parte, a visão que ele tem da atuação dos coletores de papel na cidade, das relações que se estabelecem na comercialização dos materiais, e também das relações em torno da questão do lixo na cidade. Ainda que sejam vistos como trabalhadores que catam lixo, não é assim que os catadores de papel se vêem. Talvez porque o material recolhido lhes garanta a sobrevivência. É a preocupação com o meio ambiente pode ser genuína, mas também não deixa de ser uma estratégia elaborada por parte dos coletores.

E outra coisa que a gente ajuda muito também é até no meio ambiente porque esse papelão que a gente cata que vai ser reciclado, fazê novo papelão fazer papel pra jornal, essas coisas toda. Se não existisse esse serviço de coleta de papelão, de reciclagem dele, seria mais árvore derrubada pra poder se produzir o papel e aí o meio ambiente tava mais devastado ainda. Então, é muito importante esse serviço nosso (Idem).

Para os coletores entrevistados, há uma necessidade de definir diferenças entre os materiais que recolhem e o lixo convencional. O primeiro pode ser reaproveitado/comercializado e lhes garante a sobrevivência. O lixo tem sido quase sempre associado à sujeira, às doenças, à miséria e à marginalidade e essas são imagens de que os trabalhadores recusam-se a fazer parte.

Uma conversa informal mantida com o Sr. Magid, o dono de uma firma que compra diversos tipos de

materiais recicláveis, a afirmação por parte do Sr. Adejanir de que a empresa Butelão lida com a comercialização de sucatas há mais de 30 anos em Uberlândia, e mesmo a pesquisa de Miziara (2001) sobre as transformações em torno do lixo na cidade de São Paulo, permitem afirmar que o conceito de lixo vem sofrendo muitas mudanças para uma grande parcela da população no Brasil.

Há a idéia de que o lixo é, sobretudo, algo que pode ser reaproveitado, a idéia do ecológico, de reciclar a fim de economizar os recursos naturais. *O lixo que não é lixo*, assim a Secretaria Municipal de Meio Ambiente esclarece alguns setores da sociedade para a necessidade de reaproveitar os materiais recicláveis. A justificativa para essa preocupação é "[...] o crescente aumento da produção de lixo e a necessidade de diminuir as explorações desnecessárias dos recursos da natureza" (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1997-2000).

O discurso da importância de reciclagem do lixo por parte da administração local entra em conflito com as tentativas de controle sobre a atividade dos catadores de papel. O lixo precisa ser reaproveitado, mas, quando se refere aos coletores, não se reconhece a contribuição e os bairros são o limite. A presença dos trabalhadores no centro da cidade é um transtorno que deve ser evitado. Ainda assim, é preciso ressaltar como as experiências dos trabalhadores foram criando condições para a apropriação do discurso científico sobre a importância da reciclagem do lixo. Discurso que se faz presente nos meios de comunicação e na Secretaria Municipal de Meio Ambiente. E os trabalhadores, ao incorporarem o discurso da reciclagem e da necessidade de preservação do meio

ambiente, incluem-se nesse processo como sujeitos. Acredito que esse discurso presente na fala dos trabalhadores também tenha algo a ver com uma experiência vivenciada por um grupo de coletores de papel em um contexto específico.

Em 1994, houve a tentativa de se formar, em Uberlândia, uma associação dos coletores de papel. A entidade responsável era APR, mas a associação não se concretizou efetivamente. Inspirados por uma experiência semelhante em Belo Horizonte e preocupados com a situação dos coletores na cidade, os membros da entidade buscaram envolver um grupo de trabalhadores com o objetivo de fundar uma associação. Em Belo Horizonte, a Associação dos Catadores de Papel saiu do projeto para se concretizar em um benefício para os trabalhadores. Segundo o jornal *Folha de São Paulo*:

[...] Uma associação de Belo Horizonte que faz a coleta seletiva do lixo em associação com a prefeitura, empresas e condomínios. A experiência tem dez anos e não é a única do país. Em Porto Alegre, 267 pessoas trabalham no programa de reciclagem de lixo implantado pela prefeitura. A Asmare (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável) de Belo Horizonte. [...] organizou 210 catadores. Eles continuam catando papelão, alumínio e vidro nas ruas. O pulo do gato é que agora podem vender o material que vem da coleta seletiva. Com caminhões da prefeitura, eles pegam vidros, latas e plásticos, fazem uma segunda triagem e vendem [...] (FOLHA DE SÃO PAULO, 14 de dez. de 1997, p. 5).

Em Uberlândia, as assembléias, as reuniões e as atividades realizadas pela APR junto aos coletores tinham também um caráter de afetividade, visando à integração

dos trabalhadores. Pois isso era considerado importante para que os coletores pudessem compreender o sentido da proposta. No processo de discussão, a APSMR também envolveu outros segmentos da sociedade, *a comunidade eclesial, vereadores e sindicato*. O sindicato, disposto a contribuir, propôs doar um dia de serviço, na data base da categoria, para a causa dos papeleiros. A verba possibilitaria a compra de todos os recursos necessários para a estrutura técnica da associação.

Contudo, a Associação dos Catadores de Papel não foi fundada em Uberlândia. O que aconteceu de fato é que a entidade acreditava que a estrutura era importante, mas era preciso primeiro que os coletores se organizassem. E isso exigiria um processo que delongaria tempo, discussão, maturidade... Uma condição imposta pelo Sindicato das Indústrias de Alimentação de Uberlândia (sindicato patronal) e pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentos era que a verba seria repassada, mas a coordenação da associação teria que ser de responsabilidade dos papeleiros. Essa exigência foi muito mais imposta pelo sindicato patronal.

Como a entidade não achou viável conduzir de tal maneira, a possibilidade da associação vir a se constituir naquele momento deixou de existir. A APR acreditava que, com “[...] todas as peculiaridades desse segmento, que constitui os catadores de papel, seria complicado montar a associação, devido à responsabilidade que isso iria exigir [...]”<sup>34</sup>.

A partir dessas questões, busquei entender como os trabalhadores que participaram das discussões compreenderam a proposta da associação. O Sr. Adejanir, que inclusive cedeu espaço em sua casa para algumas reuniões, fala o seguinte:

[...] Esse negócio de associação aí, eles vieram aqui umas treiz veiz, sabe? E falaram que iam pô uma associação. Aí eu falei pra eles: Ó, se oceis fô fazê isso mesmo, quando oceis organizá tudo, vocês me procura, que aí eu me encaixo. Mas, enquanto num organizá tudo, que eu vê que tá tudo organizado, num posso [...]. Num posso largá o rapaz que eu vendo, que às veiz, num dá certo [...]. E no dia, que voceis organizá tudo, oceis vem que aí, é outra coisa. Nois vamo trabaiá junto [...]. Aí eu digo: Ah, eu acho que voceis num vão arrumá isso não. Vai sê difícil demais<sup>35</sup>.

Pelo seu depoimento, acredito que ele não tenha compreendido a proposta da associação como a entidade gostaria. Também percebo que não se sentia integrado, não se pensava como parte constitutiva do grupo que viria a formar a associação. Ao contrário, acreditava que esta poderia *ficar pronta* e viria a ser uma intermediária no processo de compra e venda do papel. E, sendo assim, não contribuiria em nada para a transformação das relações de exploração que se estabelecem entre os empresários e os catadores de papel.

[...] Aí o negócio do papel que a gente tava falando era assim: Eu ajuntava pra associação; 20 mil quilo de papel no mês, certo? Eu entregava pra associação. Então eles vendia esse papel na fábrica do preço de lá. Eu recebia aquele preço da fábrica. Aí se tinha 10, se mandasse o caminhão. Se mandasse uns 20 mil quilo, ou 10 mil, outro mandasse 5 mil. Então vinha aquele dinheiro, aquela quantidade [...]. Num sei como é que ia sê o sistema deles, ia fazê, né? Então nois já ia trabaiá pá vendê já direto. E nois que ia fazê o serviço. Prensá, fazê tudo. Aí eu digo: Ah, eu acho que voceis num vão arrumá isso não. Vai sê difícil demais [...]  
(Idem).

Mas, no trecho a seguir da entrevista do Sr. José Antônio, noto que sua opinião se diferencia, pois, para ele, a proposta de se formar uma associação dos catadores era algo muito bom, que implicava uma possibilidade de mudança nas relações vivenciadas pelos coletores:

Cheguei, eu, Seu Joaquim, nós fomos participar dessas reuniões. Fomos uns dos que aceitamos a idéia, porque é bom. Tanto era bom pra gente vendê melhor né? Como era bom pra gente consegui cada um ter a sua carroça, porque, se a carroça custa 1.000 reais com os animais, uma hipótese né? Talvez custe um pouco menos, depende do tipo de carroça, se vai comprá nova, se vai comprá usada, o animal que vai comprá também pode custar mais do que isso. Mas se eu vô individualmente comprá alguma coisa assim é um preço, se junta é uma cooperativa pra comprá de série, pra comprá bastante, o preço é outro. Ia consegui até desconto, comprá as coisa mais barato, em conta e tal, aí não deu certo não foi pra frente mais. Seria uma forma da gente hoje em dia tá ganhano melhor, e quem não tivesse participando dessa cooperativa, novos papeleiros que fosse chegando e tal, até mesmo forçar o Butelão a pagar melhor pra essas pessoas também<sup>36</sup>.

No entanto, penso que, mesmo como o Sr. Adejanir descreve a associação, ela viria a facilitar em alguns aspectos a vida dos papeleiros, como acredita o Sr. José Antônio, pois trabalhadores como o Sr. Antônio Pedro, que não participou das discussões e talvez jamais tenha ouvido falar na associação, imaginam que esta poderia facilitar seu trabalho:

[...] Tivesse um, uma prensa aí, a gente podia í puxá papelão ou rumá uma balança, comprá dos outros [...]. Rumá um dinheirinho aí [...]. Comprá dos outros,

ir imprensando, né? Quando tivesse aí um caminhão, chamava um caminhão, porque eu num levo. Era um dinheiro bão [...]. Vendê po Butelão, ele tira a metade [...]. Ele sempre tira mesmo. Começou como nois, ele é hoje, ele tá tão sabido, o desgraçado, que só tem ele, comprador [...]. Ele agora de aumentá o preço, ele abaixou! [...] Que é a gente? Tem que vendê pra ele mesmo [...]. Num tem otro concorrente; otro que compra junto com ele, se tivesse né? [...]<sup>37</sup>.

A fala do Sr. Antônio Pedro deixa entrever algumas de suas expectativas de mudança na relação de comercializar os materiais que recolhe, que pudessem amenizar a exploração que sofre. E, nesse sentido, talvez a associação venha a ser um instrumento dos coletores. Mas o fato de ter sido da APR a iniciativa de organizar os trabalhadores é um elemento significativo, pois a proposta da Associação dos Catadores de Papel ocorreu num âmbito externo a eles próprios. É preciso considerar que a heterogeneidade existente na categoria, talvez também tenha sido um fator de entrave, porque, devido às diferenças existentes entre os trabalhadores, alguns mais experientes e estruturados em termos das condições de trabalho, tornou-se difícil a organização de interesses comuns, que motivasse a constituição de um projeto coletivo.

Algum dia, quando os próprios trabalhadores perceberem e acreditarem na importância de uma associação, possivelmente esta poderá se concretizar. Isso me faz pensar o quanto é específica essa categoria. E, mais ainda, que talvez seja preciso encarar o fato de que os velhos moldes de “organização” dos trabalhadores precisam ser revistos. Mas somente essas questões talvez não sejam suficientes para que se possam dimensionar os significados existentes na possibilida-

de ou não da constituição de uma associação de catadores de papel em Uberlândia. É preciso ater à idéia de que a organização dos trabalhadores como grupo com alguns objetivos comuns, não é algo que surge da noite para o dia. Os catadores de papel não deixam de ser um segmento novo, como uma categoria de trabalhadores. Experiências como as cooperativas de Belo Horizonte, que em junho de 2000 comemorou dez anos de existência, São Paulo e Porto Alegre, não são obras do acaso e sim frutos de administrações populares, cujo objetivo é, sobretudo, assegurar o trabalho aos coletores.

De qualquer forma, penso que o *movimento* em torno da proposta da associação foi algo importante para os trabalhadores que dela participaram, à medida que isso viabilizou um espaço para o diálogo, a socialização e a reafirmação de determinados valores. Valores como a percepção da importância do coletor para a limpeza da cidade, a reivindicação do direito ao trabalho no espaço da cidade, o direito a ser tratado como trabalhador digno, honesto, cidadão; a incorporação do discurso da reciclagem como importante para a preservação da natureza e a ação dos catadores de papel como agentes nesse processo.

Em Uberlândia, a destinação do lixo ainda não é considerada um problema preocupante para a administração municipal, e essa é uma questão discutida por Pereira:

A cidade que se diz ordeira, progressista mostra seus problemas no que se refere à limpeza urbana, problemas com o lixo, com o mato, abandono de certas áreas, foram sem dúvida fatores que desencadearam reclamações em diversas regiões da grande Uberlândia [...]. Na década de 80, o que existia em termos de lim-

peza pública era uma seção de limpeza pública operando precariamente, apática ao desenvolvimento de uma cidade com mais ou menos 300 mil habitantes e em ritmo crescente de urbanização.

A cidade veio crescendo muito ao longo desses anos e esses problemas se agravaram. Quando a administração local<sup>38</sup> terceirizou os serviços da coleta de lixo na cidade, revelou que esta não era uma de suas prioridades ou preocupação. No momento em que delegou a outros, isso causou transtornos à população no que se refere aos serviços de coleta do lixo e limpeza das vias públicas. Nesse sentido, a administração dos serviços de limpeza urbana no município de Uberlândia tem sido realizada pela Secretaria de Serviços Urbanos, por meio da divisão de limpeza urbana, setor responsável pela coleta e destinação final do lixo, varrição de ruas, capinação e retirada de entulhos e lixo das vias e passeios públicos, bem como a fiscalização da limpeza urbana. Devido às difíceis condições de trabalho e aos péssimos salários, os trabalhadores da empresa fizeram uma greve que durou aproximadamente três dias, provocando um caos na cidade. A imprensa fez um grande alarde das reclamações da população, que realmente tinha motivos para o alvoroço, pois o acúmulo de lixo nas ruas transformou o aspecto da cidade. Essas questões reafirmam o quanto a contribuição dos coletores é significativa no atual contexto da cidade (O TRIÂNGULO, 1997, nº 9824).

Dessa forma, vê-se que a atuação dos coletores de papel é importante para a limpeza da cidade, e essa é uma opinião compartilhada por vários comerciantes locais. Conversei com pessoas proprietárias

de estabelecimentos comerciais na Avenida Fernando Vilela<sup>39</sup>, no Bairro Martins, instalados há mais de dez anos e outros comerciantes que estão instalados nesse mesmo local há um ou três anos, ou então, funcionários de supermercados, lojas e papelerias. Todas as pessoas com as quais pude dialogar emitiram opiniões que se assemelham, no que se refere aos catadores de papel. Durante a conversa, as pessoas disseram que é grande a quantidade de coletores que circulam na Avenida Fernando Vilela. Afirmaram, também, que nos últimos tempos tem aumentado o número de trabalhadores nas ruas. Conforme observa Walter José “[...] a cada dia aparece um novo [...]”<sup>40</sup>. Em geral, as lojas colocam o material que não irão aproveitar, como caixas e fardos de papelão e embalagens de plástico, nas calçadas ou então no estacionamento. É o caso do supermercado Kolosso e da loja de Tecidos Miramontes Ltda. Logo que os materiais são colocados, os catadores de papel recolhem.

José Antônio<sup>41</sup>, funcionário do supermercado, afirma que o estabelecimento em que trabalha coloca uma grande quantidade de papel no estacionamento todos os dias. Segundo ele, são três ou quatro trabalhadores que sempre recolhem os materiais. Questionadas sobre o que pensavam do catador de papel, as pessoas em geral disseram que “[...] é um trabalhador como qualquer outro [...] está ganhando o dele”. Para Manoel Carlos<sup>42</sup>, o coletor exerce “[...] uma profissão qualquer e está zelando do bem-estar da cidade”. Para Antônio Duarte<sup>43</sup>, catar papel é uma alternativa de trabalho a que recorrem os coletores em consequência do desemprego. Antônio Duarte é subgerente de uma loja de tecidos e ao longo do tempo em que trabalha na loja

notou o aumento do número de pessoas coletando papel na avenida e também considera que os catadores “[...] têm melhorado o trabalho com a utilização da carroça”.

Isilda Stefani afirma ter observado que são muitas pessoas que transitam pela avenida em busca de papel, julga o trabalho dos coletores “excelente” para os comerciantes, pois eles apanham os materiais deixados na porta da loja e isso é muito positivo, pois o lixeiro só irá passar à noite. Isilda percebe que os coletores não mexem com o lixo, somente recolhem o papelão ou plásticos. O Sr. Jone Silva<sup>44</sup> também faz a mesma afirmação. Segundo ele, os trabalhadores são importantes para a limpeza da cidade, pois “[...] o lixeiro demora e o serviço dos garis não é bom. Passam-se até duas semanas sem que eles varram as ruas”. Mas o Sr. Clélio<sup>45</sup> não pensa da mesma forma. Para ele, tem aumentado o número de coletores na rua. Atribui esse fato “[...] à dificuldade em conseguir trabalho, então essa é uma saída” para essa parcela da população. O Sr. Clélio<sup>46</sup> acredita que as pessoas que catam papel na rua não sejam da cidade. O que o faz crer nisso são suas observações e o fato de, algumas vezes, ao perguntar a alguns trabalhadores, obter resposta de que tinham vindo da Bahia e de São Paulo.

Porém, na opinião do Sr. Clélio, os catadores de papel ajudam, mas também atrapalham. Alguns coletores, *garotos mais novos*, para levarem a caixa de papelão, retiram e deixam o lixo na calçada. Para ele, a explicação é que essas são *pessoas menos cultas* e de qualquer forma, “[...] em se tratando dos catadores de papel em geral, o critério não é fazer a limpeza, é sobreviver”. E na luta pela sobrevivência, os trabalhadores

“[...] não têm muita noção do perigo, atrapalham o trânsito, pois vêem que o motorista irá parar o seu veículo”. Ainda segundo o Sr. Clélio: “[...] o carroceiro atrapalha demais o trânsito, com um animal que não tem treinamento, o que é muito perigoso [...]”.

Em geral, os comerciantes ou pessoas que trabalham no comércio local revelaram uma imagem sobre os coletores que se mostrou positiva. É bem possível que tenham feito todas as afirmações a partir de uma leitura de quem os questionou, e assim deduziram que talvez fosse isso que eu quisesse ouvir. Mas também avalio que essas pessoas têm oportunidade todos os dias de observar, conversar e se relacionar com os catadores de papel que transitam naquele espaço. Acredito que esse fato sirva de elemento para que os comerciantes e trabalhadores do comércio local tenham condições de reconhecer, em parte, a importância e o significado da presença dos trabalhadores nas ruas e calçadas da cidade.

Há uma outra questão, ao se discutir o controle da administração pública sobre a atividade dos catadores de papel. Ao aprovar uma lei que estabelece que os trabalhadores deveriam emplacar suas carroças e obedecer a determinadas normas<sup>47</sup>, o poder municipal concede algumas brechas para que esses coletores possam assegurar o direito ao uso do espaço público. É um aspecto contraditório da lei, que, ao mesmo tempo em que regula, legitima e permite aos trabalhadores um poder de reivindicação. Se estão cadastrados e se suas carroças possuem placas de identificação, então, não há nada que possa impedi-los de realizar o seu trabalho. Talvez esse seja um fator que tenha motivado a maioria dos coletores que utilizam a carroça a submeter-se à lei:

A gente num tem aqui uma pessoa que apoia a gente, que dá segurança pu carroceiro, num tem. Donde é que nois entramos nessa de carterinha por causa da segurança. Porque às veiz, tê um pouco de segurança, um pouco, ao meno! E otra discriminação tamém, nois ainda num tá, tá só no papel, se num achá o papel, num tem condição de fazê mais nada, porque o povo que trabaia nas casa de material de construção, trabaia lá e na rua, ganha o salário de lá e o salário que era pra gente ganhá! Essas çaçamba já num dêxa, que é o do prefeito, é companhia do prefeito lá, aí já num adianta. Se nois vai tomá um carreto por 5 reais, eles acha caro. Um saco de farelo é 6, 8 real. Quê que soba pá gente comê?<sup>48</sup>

O depoimento do Sr. José Moreira expressa, em parte, como os trabalhadores se sentem na relação de embate que estabelecem com a administração municipal. Por não terem muita alternativa, recorrem a uma possibilidade de garantia de algum benefício. É nessa perspectiva que a Associação dos Carroceiros desempenha o aparente papel de uma entidade que possa dizer algo em defesa de melhorias nas condições de trabalho desses sujeitos, ainda que não seja esse efetivamente o papel que a entidade venha desempenhando. O presidente da Associação dos Carroceiros, Vanderlan de Souza, que procurou os trabalhadores em suas residências pessoalmente, numa campanha de filiação e de posse das fichas<sup>49</sup>, se autodenominou o defensor dos interesses dos carroceiros e catadores de papel em Uberlândia. O fato do Sr. Vanderlan ter posse do registro de cadastro dos trabalhadores pareceu-me um fato significativo, que possibilita uma leitura de suas relações com a atual administração. Tendo sido candidato a vereador nas eleições municipais e planejando candidatar-se novamente em 2000, ele

acredita que os carroceiros e os motociclistas serão seu eleitorado em potencial.

As atitudes do presidente da entidade denotam uma postura de colaboração com a prefeitura no controle das atividades dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que legisla em benefício próprio, autoproclama-se representante dos coletores e defensor de seus direitos. Com isso, contribui diretamente para uma política de *conciliação* entre os catadores de papel e a administração municipal. O Sr. José Moreira é quem diz:

Eu sei deste rapaiz que tá arrumando a carteira prá nós, [...] lá, até que nós foi lá tirou a carteira [...] que é para emplacá [...] a conversa que ele teve com nós lá foi essa: Se nós pricisá da oficina dele [...] prá uma cabeçalho [...] dum rolamento [...], dum pneu [...] eles arruma prá nós [...] ai nós paga 5 por mês. Como é o nome dele? [...] Vanderlan. Então se precisá da oficina dele, paga 5 por mês, agora se não pricisá, num paga nada [...] nem de carteira, nem da praca [...] o que eu sei deles é esse. Esse moço que fez a carteira, é essa que fez reunião com nós, lá [...] chamou nós lá na casa dele [...] então fez esta proposta [...] tirou a carteira de nós [...] da metade de nós... porque os carroceiros tudo daqui de Uberlândia num foi ... foi a metade. [...] Ele falou prá nós andá [...] sem ser a noite... na cidade. Como é que nós vai tratá da nossa família? Até se tivesse jeito de trabaiá com nossa família, nois largava essa profissão de carroça de mão e pronto<sup>50</sup>.

A fala do Sr. José Moreira deixa entrever as estratégias do Sr. Vanderlan para se aproximar dos trabalhadores, tentando convencê-los a conformar-se e submeter-se às exigências da prefeitura. A função da associação, como uma entidade que visa beneficiar os trabalhadores que utilizam a carroça, é auxiliar na resolução de alguns problemas do cotidiano de trabalho. Mas,

ao fazer isso, a associação colabora com a prefeitura no controle da atividade dos coletores e, de certa maneira, lubrifica-os. O depoimento do Sr. José Moreira expressa as dificuldades enfrentadas por eles com seus instrumentos de trabalho no espaço da cidade:

O animal tem que ficá só fechado [...] nós deixa o animal fechado, marrado [...] se o cavalo for prá rua, o caminhãozinho pega ele até aqui na vila [...] o caminhãozinho vem aqui, pega o animal vai preso. Eles leva preso, chega lá embaixo [...] 30 real prá tirá o animal. Dá o maior trabalho, como é que faz um trem desse? [...] Fica irritando nós num ponto desse também e [...] blitz pegando nós na vila, e [...] deixá o centro (Idem).

Quando um trabalhador deixa um cavalo solto em algum terreno próximo à sua residência, pode ter seu animal roubado por alguém, ou então apreendido pelo setor de fiscalização de ambulantes e apreensão de animais, órgão da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Se o animal for apreendido pelo órgão responsável, os trabalhadores sabem que podem procurá-lo no curral municipal, localizado no Bairro Pacaembu. A taxa mínima para a retirada dos animais é equivalente a R\$15,00. Caso o proprietário deixe de procurar no prazo de cinco dias, o animal é levado para a Ferub e poderá ser doado ou leiloado (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 1997-2000). Quando recorrem à associação solicitando auxílio, os coletores talvez consigam que ela lhes dê outro animal que irão pagando aos poucos. Mas o presidente da associação, com a afinidade que possui com a administração, tem livre acesso à Secretaria de Serviços Urbanos. Possi-

velmente, tenha condições de resgatar os animais pertencentes aos trabalhadores apreendidos por esse órgão, mas isso não lhe interessa, visto que o objetivo principal é o envolvimento com os carroceiros/catadores de papel para atingir interesses próprios.

As relações estabelecidas pelos coletores entrevistados servem para nos dar uma dimensão de algumas questões sociais e políticas existentes, bem como de disputas por poder e por lugares na cidade. A partir do desenvolvimento das atividades desses trabalhadores no espaço urbano, ao longo das duas últimas décadas, institui-se por parte do poder público a necessidade de controlá-los. Os trabalhadores estão inseridos nessas relações de maneira contraditória, experimentam a exploração e o controle na relação com a Associação dos Carroceiros e com a prefeitura, mas, ainda assim, buscam alternativas de escapar a essas tentativas de controle. Quando se submetem às regras, cadastrando-se, emplacando suas carroças ou fazendo a carteirinha da associação, tentam tirar proveito disso.

Os trabalhadores, à medida que vão adquirindo experiência, percebem que o mesmo poder que controla e normatiza, também legitima. Submeter-se às formas de controle significa a possibilidade de garantir o direito a usar o espaço da cidade. Contraditoriamente, é o reconhecimento dos catadores de papel como trabalhadores, cidadãos e moradores da cidade. Atentar para tais estratégias permite-me observar que as formas de resistência dos trabalhadores existem concretamente, mesmo que sejam fragmentadas, disseminadas, talvez, isoladas e individualizadas.

Um olhar atento pode conceber as resistências dos trabalhadores nesse emaranhado de relações antagônicas e permite, ainda, ver os catadores de papel como sujeitos que diariamente vão construindo a cidade, esquadrihando seus caminhos e inserindo-se numa luta quotidiana por espaços de uma maneira nem sempre muito perceptível. Lutas por direito ao trabalho, à moradia, ao uso do espaço público e ao reconhecimento como trabalhador, cidadão, gente/ser humano...

## Notas

1 O cotidiano pode ser considerado um elemento extremamente revelador das experiências dos sujeitos. O cotidiano é entendido aqui como espaço privilegiado das lutas, das tensões e antagonismos que marcam as relações que se estabelecem entre os indivíduos. Essas questões são fruto das reflexões do Seminário Temático *História Oral e Memória: problemas e desafios*, com a Professora e Doutora Yara Aun Khoury. São Paulo: PUC, agosto/novembro de 1999.

2 O *ponto* consiste numa combinação com o gerente de uma determinada loja para ter a permissão de recolher as caixas de papelão e o papel ao final do expediente.

3 Raimundo Rodrigues dos Santos, 78 anos, natural de Juazeiro do Norte-CE, aposentado por idade, casado, possui 6 filhos, mas nem todos moram na casa localizada no Bairro Esperança, cedida pela prefeitura, que ele afirma ter adquirido o direito de morar. Trabalha somente pela manhã, recolhe o papel em bairros mais próximos e em uma fábrica de sorvete, com um carrinho.

4 Sr. Hélio Carvalho, 43 anos, funcionário e responsável pela manutenção do almoxarifado da Produtos Tarumã Ltda.

5 Antônio Pedro da Conceição, 58 anos, natural da região Norte do país, casado, não teve filhos. Reside com a esposa em dois cômodos construídos nos fundos da casa da enteada. Conta que veio para Ituiutaba-MG no "pau de arara". Se tivesse um lugar para morar que lhe pertencesse, não cataria papel e se sentiria mais "libertado".

6 Orlando Luiz Caetano, 60 anos, natural de Nova Ponte-MG, casado. Veio para Uberlândia há mais de 20 anos, ao chegar foi morar na casa de um irmão, logo sentiu-se constrangido pelo excesso de pessoas na casa, mudou-se, mas adoeceu e, sem condições de pagar o aluguel, foi morar em uma ocupação no Bairro Tibery e assim, depois de muitas dificulda-

des, pôde adquirir a casa onde hoje reside com a esposa no Bairro Oliveira. Não tiveram filhos. Sente-se frustrado por não ter ainda se aposentado, afirma que quem é pobre em nosso país não tem valor, sobrevive de teimosia.

7 Helena Márcia Silva Lopes, 37 anos, natural de Uberlândia-MG, possui 4 filhos adolescentes, separou-se do marido há quase três anos. Mora com os filhos em uma pequena casa alugada no Bairro Bom Jesus. Afirma que catando papel sente-se independente, pois faz o que quer. Seu sonho era ter uma casa para ela e os filhos.

8 Joaquim Carvalho do Nascimento, 92 anos, natural de Jaboticabal-SP, solteiro, não teve filhos. Veio para Uberlândia com a família aos 14 anos de idade. Durante mais de 30 anos trabalhou como oleiro em cerâmicas, aposentou-se, mas cata papel com um carrinho de mão todos os dias.

9 Adejanir Luciano, 51 anos, natural do Rio Grande do Norte, casado, possui 8 filhos. Reside com a esposa, alguns filhos e netos em casa própria. Veio para Minas Gerais em 1959. Atualmente, cata papel com dois jovens de 16 e 17 anos, o filho Cristiano e Rafael, um jovem que trabalha para ele. Buscam o papel no centro da cidade utilizando a carroça. Ele acredita que seu trabalho lhe possibilita maior autonomia, mas afirma que quem ganha mais é aquele que compra o papel e outros materiais.

10 Rafael Luís Camargo, 17 anos, trabalha com o Sr. Adejanir e o filho dele, Cristiano. Reside com a mãe e os irmãos em casa alugada no Bairro Santa Rosa.

11 Wilton José Fernandes Soares, 14 anos, natural de Uberlândia-MG. Estuda na 5ª série do ensino fundamental.

12 José Antônio da Silva, 45 anos, natural de Currais Novos-RN. Saiu de casa aos 15 anos de idade, viajou por vários estados: Goiás, Mato Grosso, Pará e Minas Gerais. Ao longo de sua vida, trabalhou na roça e também como ajudante na construção civil. Residindo em Araguari, tendo ficado desempregado, começou a coletar sucata na rua e ao vir para Uberlândia, há mais de 10 anos, estando na mesma situação, começou a catar papel juntamente com outra pessoa que o incentivou e emprestou-lhe um carrinho, o Sr. Joaquim. A esposa Maria Auxiliadora trabalha como empregada doméstica.

13 Joaquim Carvalho do Nascimento, depoimento citado.

14 Éder Aparecido Teixeira, 13 anos, natural de Uberaba-MG, estuda na 5ª série do ensino fundamental. Começou a catar papel porque não tinha nada para fazer, o que ganha divide com a mãe, que é costureira, e com o pai, que é trabalhador da construção civil. Possui uma irmã mais nova, que também estuda. Afirma que gosta de estudar, tem vontade de fazer algum curso sobre conserto de bicicletas. Trabalha para um dos filhos do Sr. Adejanir. Conduz sozinho a carroça no centro da cidade, recolhe todos os dias o papel no Lojão das Fábricas, pois o gerente da loja guarda para ele.

15 José Antônio da Silva, depoimento citado.

16 Antônio Pedro da Conceição, depoimento citado.

17 Essas informações foram adquiridas numa conversa informal com o Sr. José Antônio em 25 de maio de 2000.

18 Antônio Pedro da Conceição, depoimento citado.

19 José Antônio da Silva, depoimento citado.

20 Adejanir Luciano, depoimento citado.

21 Antônio Pedro da Conceição, depoimento citado.

22 Adejanir Luciano, depoimento citado.

23 José Antônio da Silva, depoimento citado.

24 José Moreira da Cunha, 49 anos, natural de Santa Maria do Suaçuí-MG, casado, reside em Uberlândia há doze anos, veio para trabalhar no setor da construção civil, trabalhou também em Governador Valadares-MG na Companhia Acesita. Trabalha com a carroça coletando papel ou fazendo outros serviços há oito anos. Questionado pelos motivos que o levou a catar papel, afirma ter sido o desemprego. Devido às dificuldades que enfrenta quotidianamente, o modo como é tratado por algumas pessoas na rua o faz sentir-se discriminado por seu trabalho.

25 Antônio Pedro da Conceição, depoimento citado.

26 Wilson Pereira de Jesus, 56 anos, natural de Uberlândia –MG, casado. Antes de começar a catar papel, trabalhou como servente de pedreiro. Quando criança morou na roça com os pais que, assim como um dos irmãos, hoje são falecidos. Reside com a esposa e os quatro filhos em uma casa no Bairro Lagoinha. Trabalha com a carroça coletando papel ou prestando serviços como tirar entulho. Afirma que devido à grande quantidade de coletores na cidade, os materiais estão cada vez mais escassos e menos valorizados, pois o valor do quilo de papel foi muito reduzido. Tem problemas com alguns vizinhos que jogam lixo em seu quintal, acredita que, com o seu trabalho contribui para a limpeza da cidade. Seu sonho era ter um lugar onde pudesse plantar e criar alguns animais.

27 Animação Pastoral Social do Meio Rural, entidade ligada à Igreja católica que, em 1994, tentou criar uma associação, em que os próprios catadores poderiam prensar e revender o papel.

28 Marcelo Rezende, 26 anos, natural de Pirapora-MG. Reside em Uberlândia há mais de 8 anos, estudante do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, casado. Membro da APR.

29 José Antônio, depoimento citado.

30 Magid Cury, 55 anos, descendente de pais libaneses, casado, possui 3 filhos, proprietário da empresa Comércio Metais Tabor Ltda., localizada à rua Promotor Osvaldo Afonso Borges, nº 505, Bairro Presidente Roosevelt. Possui investimentos em agropecuária; 2.000 cabeças de gado Nelore, que são administradas por um de seus filhos.

31 O valor atual (ano de 1999) do quilo do ferro velho no mercado equivale a 0,05 centavos de Real, sendo difícil o acesso e a venda desse

material. São diferentes segmentos do comércio do ferro velho. Para o seu reaproveitamento, ao ser desmanchado, dentre outras coisas, é utilizado para recuperar peças e outros materiais.

32 Adejanir Luciano, depoimento citado.

33 José Antônio da Silva, depoimento citado.

34 Marcelo Rezende, depoimento citado.

35 Adejanir Luciano, depoimento citado.

36 José Antônio da Silva, depoimento citado.

37 Antônio Pedro da Conceição, depoimento citado.

38 Administração Virgílio Galassi 1997-2000.

39 Localizada em área próxima ao centro da cidade, essa avenida possui um significativo núcleo de comércio de lojas de tecido atacadista, roupas e calçados, supermercados, papelarias, etc. O Bairro Martins, no setor central, é um bairro que abriga parte da classe média da cidade.

40 Walter José dos Santos, 29 anos, vendedor. Trabalha há três anos na Filament Tecidos.

41 José Antônio da Paz Oliveira, 20 anos. É funcionário do Supermercado Kolosso há oito meses.

42 Manoel Carlos de Souza, 21 anos. Trabalha como vendedor das Lojas Cruz há três anos. Na avenida Fernando Vilela estão instalados somente há um ano.

43 Antônio Duarte Fonseca Silva, 38 anos. Trabalha há dez anos, como subgerente na loja de Tecidos Miramontes Ltda.

44 Isilda Stefani, 44 anos. Trabalha como gerente da Malha Shop Tecidos Ltda. há três anos.

45 Jone Silva, 38 anos. Trabalha como gerente na Papelaria Nova Metrôpole há dez anos.

46 Clélio Alves de Oliveira, 50 anos. É proprietário da loja Tecidos Rosania, instalada na avenida Fernando Vilela há dez anos.

47 Lei n.º 7038 de 26 de dezembro de 1997. Estabelece normas para o serviço de transporte por veículos de tração animal e dá outras providências. Parágrafo Único - São obrigatórios o emplacamento e o cadastramento de modelo desenvolvido pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, sem ônus para o proprietário da carroça.

48 José Moreira da Cunha, depoimento citado. Ao fazer o cadastramento na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos ou na Associação dos Carroceiros, os trabalhadores também podem fazer uma carteirinha de filiação à essa entidade.

49 As fichas contêm dados como nome e endereço, data de nascimento, identidade, cadastro de pessoa física e título de eleitor. O Sr. Vanderlan também é presidente da Associação dos Motociclistas das Regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. In: *Jornal Correio*, Uberlândia, 30 de ago. de 1998, p. 09.

50 José Moreira da Cunha, depoimento citado.

## Referências

- CERTEAU, Michel de. Andando na cidade. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Cidade*, n.º 23, Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.
- CRUZ, Heloísa de Faria. *Trabalhadores em serviços: dominação e resistência* (São Paulo, 1900/1920). São Paulo: Marco Zero, 1991.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo, sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- ESCURRA, Maria Fernanda. *Sobreviventes do lixo: população excedente, trabalho e pobreza*. (Dissertação de Mestrado Escola do Serviço Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro), 1997.
- FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular. História de classe ou história do povo? In: *História e perspectiva, história e historiografia*. n. 6. jan./jun. Uberlândia: UFU, 1992.
- \_\_\_\_\_. Trabalho, cultura e história social: perspectivas de investigação. In: *Projeto história*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. n.º10. São Paulo: Educ., 1994.
- \_\_\_\_\_. *Cidades*. (Org.). Publicação do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: Olho d'Água, nov. 1999.
- FUNDAÇÃO EDUCACIONAL RURAL DE UBERLÂNDIA. Informações junto à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Setor de Fiscalização. Prefeitura Municipal de Uberlândia 1997/2000.
- GONÇALVES, A. J. et al. *O que é urbanismo*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida da classe trabalhadora com especiais referências a publicações e divertimentos*. v. 1. Lisboa: Presença, 1973.
- JORNAL CORREIO. Uberlândia, 30 de ago. de 1998.
- JORNAL O TRIÂNGULO. Cidade continua imunda. *Opinião*. n.º 9827, 14 de nov. de 1997.

\_\_\_\_\_. Motoristas da Limpel declaram greve e cidade pode amanhecer imunda. nº9824/11 de nov. de 1997. *Caderno Cidade*.

KRANTZ, Frederick. *A outra história*. São Paulo: Zahar, 1979.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

LOPES, Rozana Miziara. *Nos rastros dos restos: as trajetórias do lixo na cidade de São Paulo*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

MAGALDI, Cássia Regina de Carvalho. Entre o pensar e o fazer arquitetura em Salvador na virada dos séculos XVIII e XIX. In: *Cidades*. FENELON, Déa Ribeiro (Org.). Publicação do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: Olho d'Água, nov. 1999.

MISÉRIA alimenta indústria da reciclagem. In: *Jornal Folha de São Paulo*, Caderno Cotidiano, 14 de dez. de 1997.

NEVES, Magda de Almeida. *Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de Contagem*. Petrópolis: Vozes, 1995.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. In: *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. *História e Cultura*. São Paulo, n.10, 1993.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História*, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. *Cultura e representação*. São Paulo: Educ., n. 14, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Serviços Urbanos. *Lixo selecionado/ambiente preservado*. Coleta seletiva do lixo. Participe você também, 2000.

ROLNIK, Raquel. História urbana: história na cidade? In: FERNANDO, Ana e GOMES, Marco Aurélio de Figueiredo (Orgs). *Cidade e história-modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Faculdade de Arquitetura da UFBA/Mestrado em Urbanismo, 1992.

\_\_\_\_\_. *Cada um no seu lugar*. (Dissertação de Mestrado-FAU/USP), São Paulo, 1981.

*Cada um é cada um: o que significa ser coletor de papel na cidade?...*

\_\_\_\_. *O que é cidade?* São Paulo: Brasiliense, 3ª edição, 1994.

SILVA, Lúcia. A cidade do Rio de Janeiro nos anos 20: urbanização e vida urbana. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org.). *Cidades*. Publicação do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: Olho d'Água, nov. 1999.

SIMONINI, Gizelda Costa da Silva. *Telefonia: relação empresa e cidade 1954-1980*. (Dissertação de Mestrado PUC). São Paulo: 1994.

THOMSON, Alistair. Desconstruindo a memória: questões sobre as relações da história oral e recordação. In: *Projeto História*, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. *Ética e história oral*, São Paulo: Educ, n. 15, 1997.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. 3º vol. Tradução de Denise Bottmann, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

### *Entrevistas*

CAETANO, Orlando Luiz. Uberlândia, 31 de ago. de 1996.

CAMARGO, Rafael Luiz. Uberlândia, 20 de abr. de 1997.

CONCEIÇÃO, Antônio Pedro. Uberlândia, 31 de out. de 1995.

CARVALHO, Hélio. Uberlândia, 23 de mar. de 2000.

CUNHA, José Moreira. Uberlândia, 29 de jun. de 1997.

CURY, Magid. Uberlândia, 29 de fev. de 2000.

JESUS, Wilson Pereira. Uberlândia, 29 de jun. de 1997.

LOPES, Helena Márcia Silva. Uberlândia, 04 de abr. de 1999.

LUCIANO, Adejanir. Uberlândia, 29 de jun. de 1997.

NASCIMENTO, Joaquim Carvalho. Uberlândia, 02 de abr. de 1999.

OLIVEIRA, José Antônio da Paz. Uberlândia, 10 de out. de 1999.

OLIVEIRA, Clédio Alves de. Uberlândia, 1999.

REZENDE, Marcelo. Uberlândia, 22 de maio de 1996.

SANTOS, Raimundo Rodrigues. Uberlândia, 31 de out. de 1995.

SANTOS, Walter José. Uberlândia, 10 de out. de 1999.

SOARES, Wilton José Fernandes. Uberlândia, 16 de maio de 1996.

SOUZA, Manoel Carlos. Uberlândia, 10 de out. de 1999.

SILVA, Antônio Duarte Fonseca. Uberlândia, 10 de out de 1999.

SILVA, José Antônio. Uberlândia, 07 de mar. de 1999.

SILVA, Jone. Uberlândia, 1999.

STEFANI, Isilda. Uberlândia, 1999.

TEIXEIRA, Éder Aparecido. Uberlândia, 21 de maio de 1996.

## **Abstract**

The objects of analyse of this text are the presence of the paper collectors, their fight for survival and their work conditions in Uberlândia-MG. It is interest to discuss how the collectors lived and still live in social relationships established in the city, and how some times they resist and other times they submit themselves

to the practices of social dominance. Discuss their experiences of the paper collectors in Uberlândia is a experiment of reveal practices and the workers fights for survival. That discussion allowed to perceived how, by constructing a survival alternative, the paper collectors constituted a specific way of living, contrasting with the life manners as pattern in the city.

**Key Words:** Work, garbage, city.

